



Os fundamentos filosóficos do trabalho: elementos para compreender a construção do ser social

The philosophical foundations of work: Elements to understand the construction of the social being

Fernanda Valentim Dantas¹ & Reginaldo Pereira França Junior²

Resumo: Este artigo objetiva oferecer reflexões acerca da categoria trabalho, enquanto atividade indispensável à constituição do ser social, tendo como fundamento o pensamento de Marx e Lukács. Buscamos de forma sintética, apontar as reflexões centrais acerca das bases ontológicas do ser social, compreendendo o trabalho como condição *sine qua non* do desenvolvimento do ser social, ou seja, da genericidade humana. Para estruturar a pesquisa do presente estudo, estruturamos metodologicamente, a partir das reflexões hauridas no materialismo histórico dialético, numa perspectiva de totalidade, a fim de compreender como se estrutura a categoria trabalho, utilizando-se de revisões bibliográficas da área. Assim, afirmamos que o trabalho, como forma originária da práxis social, possibilita a emergência de um novo tipo de ser, ao passo que produz profundas alterações na base material da vida, bem como nas formas de consciência.

Palavras-chave: *Ontologia; Ser social; Trabalho.*

Abstract: This article aims to provide reflections on the work category as an indispensable activity for the constitution of the social being, based on the thought of Marx and Lukács. We seek in a synthetic way to point out the central reflections about the ontological bases of the social being, understanding work as a *sine qua non* condition of the development of the social being, that is, of human genericity. To structure the research of this study we structure methodologically, from the haurid reflections in dialectical historical materialism, from a total perspective, in order to understand how the work category is structured using bibliographic reviews of the area. Thus, work, as the original form of social praxis, enables the emergence of a new kind of being while producing profound changes in the material basis of life, as well as in the forms of consciousness.

Keywords: *Ontology; Social being; Work.*

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 15/07/2019; aprovado em 30/06/2020.

¹ Bacharel em Serviço Social, formada pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
nanda.valentim21@hotmail.com; *

² Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. reginaldo.francajr@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Escopo do presente trabalho busca refletir sobre os fundamentos que determinam o processo de emergência do Ser Social e, conseqüentemente, a autoconstrução do próprio humano-genérico. Buscamos discorrer a categoria trabalho enquanto protoforma originária do ser social, além de trazer breves reflexões no que concerne ao pôr teleológico primário, uma vez que este permite o distanciamento do homem o natural primitivo para o ser social, donde vem alcançar o seu mais alto grau de refinamento por meio do salto ontológico.

A partir do ato consciente do trabalho, vai permitir e engendrar ao ser social suprir suas necessidades, quer sejam as mais elementares, bem como criar novas necessidades que, cada vez mais sociais, não se esgotam na atividade própria do trabalho, mas que segue determinando outras novas necessidades, ao passo que seu complexo categorial vai se constituindo a partir de inúmeras mediações, considerando linguagem, a ética, a consciência, como ações *teleológicas secundárias* que estão circunscritas no âmbito da reprodução social.

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser 'não apenas meio de vida', mas 'o primeiro carecimento da vida', só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo (LUKÁCS, 1978, p. 16).

Realizar esse caminho nos proporcionará uma compreensão pela qual a sociedade é parte constituinte e determinante da história, da própria ação humana, é imprescindível uma análise, para além de sua aparência fenomênica, sob a forma que se apresenta no cotidiano dos sujeitos sociais, a fim de desvelar seus fundamentos.

A concepção ontológica que provém da perspectiva marxiana, nos trará subsídios para apreender a concepção radical e revolucionária de mundo, tendo como contribuição principal os escritos de Gyorgy Lukács, que enquanto intelectual materialista transmite, por meio de seus estudos, as categorias já desenvolvidas por Marx, sendo a Ontologia do Ser Social considerada o maior exercício filosófico-revolucionário marxista do século XX.

Em conformidade com a Ontologia de Lukács, é por meio da compreensão do trabalho que podemos dar início a essa trajetória, ocorrendo não de maneira isolada, mas em consonância com as categorias e complexos que compõem o ser social na sua totalidade.

DESENVOLVIMENTO

Trabalho e ser social

Analisar a constituição do Ser Social na perspectiva materialista é uma tarefa bastante árdua, tendo em vista que existe a necessidade de compreender o processo concreto/real a partir da ação fundante do ser social, requer uma apreensão de complexos categoriais que os determinam e as que o diferem de seres precedentes. Por conseguinte, temos no trabalho enquanto fundamento genético do salto ontológico que deu origem a formação de um novo ser – *Ser Social* – na perspectiva de sociabilidade e na composição de indivíduos humanos. Não cabe a este breve trabalho sanar todas as peculiaridades deste processo, que é uma complexa determinação histórica, e não nos permite perfazer toda essa discussão em singelas linhas dessa produção.

Para Lukács, a essência do trabalho provém da busca incessante pela própria existência, pela própria sobrevivência, além do mais, essa categoria trabalho ressalta a importância da estreita relação do homem (homem aqui enquanto figura humano-genérica) para com natureza, como bem alude o autor, o que não restringe o trabalho como uma “simples” forma de satisfação das necessidades, apenas, pois se coloca como uma categoria que segue mediada com a produção ética da vida, permitindo novas determinações sociais concretas. Assim, alude o filósofo magiar,

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 2013.p 35).

São essas ações que diferem o ser social dos demais animais da natureza, já que ao construir um determinado objeto para suprir suas necessidades mais fundamentais, tem-se a necessidade de uma idealização inicial, ou seja, para que a natureza seja transformada, faz-se necessário que esse homem idealize previamente esse objeto, para a posteriori, alcançar o resultado almejado, estabelecendo uma

relação direta entre teleologia e causalidade posta. Marx denomina essa ação de prévia ideação, tal fato não ocorre no reino animal, dos animais desprovidos de consciência.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho [...]. (Marx, p.188).

Consoante ao pensamento de Marx, podemos afirmar que o trabalho é uma atividade intrínseca ao homem, de modo que ele objetiva aquilo no seu plano ideal para outrora transformá-lo. Conquanto, possibilita a humanidade alcançar um salto na evolução de sua espécie, o que não ocorre no reino animal, donde esses realizam suas operações sem a intenção de gerar algo novo, como bem exemplifica Marx. Necessário compreender que a exemplificação de animais, como o João de Barro, a abelha, a formiga não desenvolvem trabalho, pois para (Lukács, 2013), tal função segue determinada por um mutismo de consciência, pelo qual apenas o instinto de preservação da espécie é fato determinante. Assim, é importante afirmar que não há consciência nos atos destes animais, o que impõe uma diferencialidade qualitativa entre o ser social e os demais animais na/da natureza.

Portanto, a categoria trabalho é uma protoforma originária da práxis social, ou seja, surge a necessidade da humanidade prover suas condições de produção e reprodução da vida social, por meio da transformação da própria natureza, a fim de garantir sua própria sobrevivência e inegável refinamento social ao qual é lhe imposto. Partindo dessa premissa, compreende-se que a categoria trabalho é elemento fundante do ser social, haja vista que é partir deste que se distinguem das demais categorias e promovem a sociabilidade e que imprimem aquilo de mais novo do ser social, a exemplo da linguagem, da consciência, da ética, e, obviamente, as determinações operantes na divisão social do trabalho. Em conformidade com o autor, não podemos deixar de citar eu tais categorias surgem em lapso temporal posterior, trata-se de um evento concomitante, por estarem inteiramente mediados.

França Júnior (2018, p.29), no transcorrer de sua tese, afirma que a categoria trabalho enquanto atividade permite ao humano-genérico a possibilidade de refinamento social cada vez mais ascendente, para

tanto é precípua compreender que o trabalho, é uma atividade substancial para a emergência do *ser social*, “*requer o distanciamento entre a imediatez latente dos instintos, pois objetiva, por meio da natureza, uma determinada transformação almejada, profundamente mediatizada pela satisfação das necessidades humanas, e, conseqüentemente, em direção à sua humanização*”. Para tanto, esse distanciamento proporciona ao humano-genérico um caminho de encontro com o conteúdo ontológico presente no trabalho, uma vez que este é base fundante para a emergência de um novo *ser social*, sendo este um ser mais refinado e munido de novas condições para buscar novas realizações, “*ainda que esta significação ontológica seja profundamente cooptada, alterada e determinada pelas relações sociais de produção, o trabalho resguarda a fundação deste novo tipo de ser, o social.*” (FRANÇA JUNIOR, 2018, p.29).

Lukács ressalta que é apenas pela via do trabalho que podemos criar materialmente uma posição teleológica, sendo este capaz de gerar uma objetividade “*único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material.*” (Lukács, p.40). Depreende-se então, que sem a atividade laborativa (trabalho), sem a transformação da natureza, seria improvável a existência humana, como a conhecemos hoje, na medida em que o homem transforma a natureza e ele transforma a si mesmo, pois o homem não se reproduz apenas biologicamente, mas também socialmente. Transformação da matéria gerenciada pelo homem não é uma atividade involuntária como ocorre no mundo animal, mas uma atividade orientada e planejada pelo ser, para um determinado objetivo, para uma conscientização do real concreto, formando um processo teleológico. A objetivação para Lukács (2013) é a materialização do que foi inicialmente pensado, que se reflete em duas fases: a primeira se resume a criação de algo previamente imaginado para suprir uma necessidade básica vivenciada em um dado tempo histórico; a segunda está centrada na apropriação de novas técnicas/habilidade para o indivíduo. Em consonância, Marx (2013), traz que todo momento de objetivação não está apenas relacionado à criação da realidade concreta e objetiva, mas também inserida a individualidade e singularidade do sujeito, já que nesse evento está expressa a relação de práxis do sujeito. Sérgio Lessa (2012), em seus estudos sobre Lukács, afirma que:

Sem objetivação/exteriorização não há qualquer transformação teleológica posta do real; sem exteriorização/objetivação não há qualquer vida social, portanto não sujeito. Ser humano para Lukács significa uma crescente capacidade de objetivar/exteriorizar, isto é, transforma o mundo segundo as finalidades sociais postas (p.40).

O processo teleológico interage com a causalidade proporcionada pela própria natureza, isso é um fato natural, ela existe independente da sua relação com a teleologia, esta é sustentada por uma causalidade posta, mediada e projetada pela própria ação do Homem, conduzida pela necessidade e pela consciência de

suprir suas necessidades mais elementares. Para tanto, fica nítido que o trabalho é categoria emergencial para o refinamento do *ser social*, é que esse ao realizar a transformação Homem e Natureza realiza também o processo de generalização humana, pois na medida em que transformação é orientada para uma determinada finalidade e influenciada pela totalidade existente, deixar de ser um mero ato singular para ser refletida em outros indivíduos sociais. Partindo desse pressuposto, podemos compreender que a objetivação/exteriorização faz parte de um momento único e central, dentro do processo de construção histórica, tudo é distinto nada se repete, é genérico, suas consequências estão intrinsecamente relacionadas com a humanidade. Desse modo, o objeto que nasce da transformação da própria natureza é parte constituinte da história e da ação humana, trata-se de uma relação mútua entre trabalho e sociabilidade.

Portanto, apreende-se que a categoria trabalho possibilita a reprodução e desenvolvimento do ser social, na medida em que se constitui como protoforma desse ser e enquanto atividade que excita o próprio homem a alcançar novos níveis de maturação social, pois partir do momento que esse ser atende suas necessidades mais elementares ele começa a criar outras necessidades que vão além da própria órbita orgânica da natureza, de modo que surgem novos complexos sociais a exemplo da filosofia, da arte e do direito. De mais a mais, podemos concluir que a categoria trabalho não se esgota em si mesmo e que ser social não pode ser resumido a esse complexo social. O Ser Social faz parte de um complexo de complexos, de uma totalidade social, donde está perpassado por diversas e complexas relações. Partindo dessa premissa, o trabalho está categorizado com *pôr teleológico primário* que funda outras categorias teleológicas, não são frutos diretos do trabalho, mas surgem de necessidades sociais mediadas pelo mesmo, como bem referencia Lukács (2013):

Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um *pôr teleológico* que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse *pôr secundário* do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o *pôr do fim* já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um *pôr teleológico* que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. Tais pores teleológicos secundários está muito próximo da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui o entendemos (Lukács, 2013, p.63) (grifos nossos).

Conquanto, compreende-se que a categoria trabalho enquanto posição teleológica primária proporciona o desenvolvimento da sociabilidade humana e de todos os outros complexos sociais que aí surge; estes são oriundos direta ou indiretamente de um fenômeno social, que conforme Lukács estão

inteiramente relacionados à categoria trabalho. Na medida em que o homem afasta barreiras naturais que lhe impõem inúmeras restrições, criando também, novas necessidades sociais e conseqüentemente são desenvolvidas formas de superação dos seus limites para atender os seus interesses, dando forma às *posições teleológicas secundárias*, essas não tem o objetivo de transformar a natureza na sua essência, mas age diretamente na consciência dos homens, de modo a convencê-los a construir determinadas ações e algumas relações teleológicas para seu próprio desenvolvimento social e a conseqüente ação material no concreto. Tal característica concernente ao ser social está inteiramente relacionada ao poder da humanidade de construir sua própria história. Para o filósofo alemão, essa construção social não se dá apenas no plano das ideias, mas por meio de condições reais e objetivas, uma vez que tal transformação não ocorre apenas no pensamento. Para Marx o plano das ideias se objetiva na materialidade concreta posta da cabeça do Homem e que essa realidade posta existe independente de consciência.

Diante do momento em que o ser social se dirige frente ao estabelecimento de uma relação necessariamente consciente e histórica com outros seres sociais, no sentido de objetivar um determinado trabalho – constituído no campo das consciências -, possibilita que o por teleológico secundário transponha as características mais simples e imediatas do trabalho na direção da constituição de uma processualidade que incide diretamente sob as condutas humanas, objetivando projetar a consciência humana e impulsionar ações prático-concretas (FRANÇA JUNIOR, 2018, p.37).

Para Lukács (2013), é justamente essas ações que permitem ao ser social a possibilidade de alternativas, o que caracteriza o humano genérico como uma categoria social. Tais alternativas derivam de ações concretas e reais, tais ações que advém de sujeitos que nem sempre as conseqüências materiais são iguais ao que foi previamente idealizado. Portanto, quanto mais se refina/eleva o estágio de sociabilidade humana à realidade passa a concentrar elementos e categorias cada vez mais sociais e não apenas naturais, conquanto, é pela via desse refinamento que o ser social alcança o suporte maior para sua reprodução. Necessário destacar que a relação entre as alternativas de escolhas e as determinações do trabalho soerguem de complexas e ricas relações, às quais Lukács vai atribuir como uma adesão de valores éticos, sendo esta concepção ética universal que se coloca como o fio que liga a particularidade do ser social à universalidade humano-social.

Assim, alude o filósofo magiar que,

[...] se quisermos apreender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual,

contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana (LUKÁCS, 2013, p.126).

Por conseguinte, podemos concluir que o trabalho se coloca como dado ontológico, tendo como forma originária os pores teleológicos, com destaque ao pôr primário e possuir características de produção que além dos resultados daqueles que o reproduzem, foi possível alcançar de desenvolvimento da sociedade e de seus mais diversos meios de produção. Mesmo como as divergências no modo de se relacionar, são os atos de trabalho proferidos pelos homens que vêm garantindo processo de reprodução espiritual e material da humanidade, como também vem permitindo a sobrevivência desses indivíduos nos mais diversos espaços sociais. Todavia dentro da perspectiva da sociedade capitalista, esta premissa ontológica é baseada na (re) produção de riquezas, bens de consumo e de mercadorias.

Ao está inserido num sistema estabelecido pela divisão social e técnica do trabalho, o homem é desapropriado de sua condição mais elementar que é a ontológica, passando a ser explorado enquanto produto que possui valor, tornando-se alienado e estranhando de sua própria condição humano-genérica. O trabalho, nesse viés, é tratado como um processo de coisificação e objetificação da potencialidade humana, estabelecendo uma relação de alienação.

O modo de produção capitalista possibilitou um memorável avanço das forças produtivas e dos próprios meios de produção, proporcionou a este sujeito o reconhecimento enquanto agente histórico, na contrapartida, essa possibilidade também fora negada na medida em que temos processo de coisificação das relações sociais. Para Marx, o capitalismo não permite que este ser evolua, se reconheça, ocasionando uma alienação social. Esse trabalhador passa a não se reconhecer enquanto agente transformador daquela matéria, daquele que inicialmente foi planejado. Esse objeto transformada vira mercadoria, como seu trabalho que inicialmente promovia o refinamento deste ser, hoje ele promove suas mercantilização de sua força transformadora de matéria prima. Em qualquer ação humana, seja ela individual ou coletiva, a categoria trabalho vem com intuito de humaniza o ser social, porém, no processo alienado e alienante do capital, homens e mulheres não se reconhecem enquanto humano-genérico, num processo cada vez mais desumano e com carência absurda de sentidos.

Assim,

A presença de uma divisão social e técnica do trabalho que, atendendo ao ritmo imposto pela acumulação produtiva, modelou e operacionalizou a completa subordinação estrutural do mundo do trabalho às diretrizes da complexa engenharia capitalista, possibilitando

uma compreensão de todos os mais variados mecanismos de gestão, controle, submissão e exploração do trabalho e da força de trabalho, num claro movimento que acompanha o desenvolvimento capitalista (FRANÇA JUNIOR, 2018, p. 50)

Dentro da sociabilidade capitalista, a mercadoria surge como algo que veio para satisfazê-la a necessidade humana mais imediata, sejam em que posição ocupe a estratificação social, tanto as necessidades físicas, sociais e até mesmo aquelas necessidades ditas com supérfluas. Portanto, a satisfação das necessidades constitui a condição *sine qua non* da mercadoria. A alienação no capitalismo é fruto da fetichização da mercadoria que vem assumir um valor e caráter dominador e reificado, ou seja, as relações sociais são objetificadas e coisificadas, de tudo o capital se apropria, torna as relações todas mercantilizadas e desumanas.

O trabalho é categoria que vai tributar ao ser social complexa distinção das formas primitivas de sociabilidade e de humanidade, uma vez que se coloca como protoformas originária de toda a práxis social, embora seja necessário entender que toda a complexidade humano-social não se restringe a categoria trabalho, pois assim, desconsideraríamos todas as ricas determinações que engendram o ser social. Com o processo de assunção do capitalismo na gestão da produção e da reprodução da vida social, o trabalho passa a compor como uma negação de si mesmo, sustentado pelo caráter contraditório da apropriação da força de trabalho humana pelas relações de produção, muito embora, mesmo como uma negação de si mesmo, o trabalho jamais perderá seu estatuto ontológico, pois ele é inerente ao desenvolvimento da humanidade, bem como indispensável à reprodução ampliada do capital.

CONCLUSÕES

Afirmamos no transcrescer deste trabalho que a categoria trabalho está inteiramente relacionado com o processo de refinamento e desenvolvimento do homem e sua base mais elementar, de modo que esse ato teleológico primário assume características diversas, a depender do contexto socioeconômico de cada sociabilidade, que por conseguinte este oculta ou não sua essência concreta. Reiteramos, o trabalho é categoria transitória do ser natural para ser social - o ser em si para o ser para si -, que se faz presente nas mais diversas civilizações, pois para que o homem possa se desenvolver é precípua que ele construa sua própria história, de modo que possa produzir meios para manter sua própria sobrevivência. Partindo dessa premissa, quanto mais o trabalho se desenvolve mais posições teleológicas secundárias vão surgindo e fazendo parte dessa totalidade social, ou seja, mais complexos surgindo vão influenciar diretamente na permanente construção da história social desses sujeitos, apresentando claramente traços de continuidade e transformação nessa relação dialeticamente articulada e mediada, haja vista que por meio da ontologia

materialista é impossível que uma realidade a-história, sem uma construção permeadas de transformações e vivências sociais. O trabalho, enquanto categoria ontológica fundante do ser social, trata-se da manifestação da liberdade, da capacidade humana de criar e transformar a sua própria existência. Não se trata de uma liberdade infinita, porque a produção está sempre relacionada com as condições materiais e objetivas e principalmente com as necessidades a são criadas ao longo do processo histórico.

REFERÊNCIAS

[1] FRANCA JUNIOR, R.P. “A odisseia do ser social”: o mundo do trabalho nas produções científicas do Serviço Social. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Florianópolis, SC; 2018.

[2] LESSA, Sérgio. Para Compreender a Ontologia de Lukács. Rio grande do Sul: Unijuir Editora, 2012.
LUKÁCS, G. Ontologia do Ser Social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

[3] MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.